

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO**  
**BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Angelita Garcia dos Santos

São Paulo

2023

Angelita Garcia dos Santos

Praticando interseccionalidades: estratégias para mobilização e atendimento de pessoas negras com deficiência em bibliotecas públicas

Monografia apresentada à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação, sob a orientação do Prof. Me. Wanderson Scapechi.

São Paulo

2023

Catálogo-na-Publicação – Biblioteca FESPSP

027.663  
S237p Santos, Angelita Garcia dos.  
Praticando interseccionalidades : estratégias para mobilização  
e atendimento de pessoas negras com deficiência em bibliotecas  
públicas / Angelita Garcia dos Santos. – 2023.  
52 p.; 30 cm.

Orientador: Prof. Me. Wanderson Scapechi.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em  
Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Fundação Escola de  
Sociologia e Política de São Paulo.  
Bibliografia: p. 52.

1. Interseccionalidade. 2. Racismo. 3. Capacitismo. 4.  
Formação continuada. I. Scapechi, Wanderson (orientador). II.  
Título.

CDD 23.

Bibliotecas para pessoas com deficiência: 027.663

Relações raciais: 305.8

Elaborada por Éderson Ferreira Crispim CRB-8/9724

Angelita Garcia dos Santos

Praticando interseccionalidades: estratégias para mobilização e atendimento de pessoa negras com deficiência em bibliotecas públicas

Monografia apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação, sob a orientação do Prof. Me. Wanderson Scapechi.

Data da aprovação:

[04] / [12] / [2023]

---

Banca Examinadora ou Parecerista(s):

---

Prof. Me. Wanderson Scapeche  
Mestre em Ciência da Informação  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

---

Profa. Dra. Caroline Cotta de Mello Freitas  
Doutora em Antropologia  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

---

Prof. Dr. José Mario de Oliveira Mendes  
Doutor em Ciência da Informação  
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Concluir mais uma graduação, após os cinquenta anos de idade, em tempos que a luta para que meu povo Preto, Negro, Africano, Afrodescendente, Afrodiaspórico, que vive à margem de direitos, tenha vida digna, se mostrou desafiador. E isso não seria possível se não houvesse confluência de saberes, afetos e propósitos.

Assim como faço todos os dias ao acordar, nesse momento agradeço imensamente ao meu Ori e a todas as Divindades Africanas que me habitam, por cotidianamente me lembrar o quanto a minha Ancestralidade é rica e se fortalece quando cuidamos de nós mesmos e uns dos outros. É esse saber ancestral que me permite acreditar que o mundo pode ser um lugar melhor.

Agradeço à minha irmã, Fabiana Regina, por ser motivo de continuar. Te amo!

Sou extremamente agradecida à Iya Karem Olaosun, que me dá sustento emocional e espiritual. Se não fosse sua liderança e a família de Orisa que ela constitui, esses agradecimentos não existiriam. Mojuba, Iya. Mojuba Egbe!

Às bibliotecárias, bibliotecários, professores, membros de Associações e Coletivos, leitores e amantes da inclusão que sustentam a Rede de Leitura Inclusiva, onde tudo começou. Gratidão sem fim por abrirem suas bibliotecas, suas casas e seus corações e me permitirem aprendizados tão ricos.

A amiga-irmã Franciele Garcês, a inspiração mais doce para que eu persista na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sua dedicação e carinho me recordam os motivos pelo quais estamos nesse mundão doido.

Aos amores do GT RERAD-FEBAB pelo aprendizado acolhedor e alegre.

Ao Prof. Me. Wanderson Scapechi que, com sua paciência, competência, dedicação e carinho pela docência na Ciência da Informação trilhou comigo esse caminho. Igualmente agradeço aos professores da banca examinadora composta pela Profa. Dra. Caroline Cotta de Mello Freitas e pelo Prof. Dr. José Mário de Oliveira Mendes, pelo cuidadoso exame da minha produção acadêmica.

A todo corpo docente do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da FESPSP que, liderado pela Profa. Dra. Valéria Valls, sempre acolheu as reflexões e provocações das minhas experiências de vida, me apoiando na construção e consolidação de um saber técnico humanizado. Agradeço também à equipe da

limpeza, portaria, secretaria e todos que nos recebem cotidianamente nessa renomada instituição.

Às e aos colegas das turmas pelas quais passei, pela boa companhia. Agradecimento especial às amizades da turma que vem me acolhendo desde 2022: que nossos caminhos sejam sempre confluentes e alegres, Camaradinhas!

Aos amores e amoras da vida, amigos, parceiros, família de barriga e família estendida, repleta de pessoas incríveis que me acolheram em seus corações e que, a cada prosa, me transformam em uma pessoa melhor.

Sigamos!

Asè, asè, ASÈ!

Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso.

Nego Bispo (Quilombola Antônio Bispo dos Santos)

## RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência nas ações de livro, leitura, literatura e bibliotecas tem sido destacada em várias áreas da Biblioteconomia e a Ciência da Informação. O mesmo acontece com a população negra que tem sido contemplada com um aumento de autorias, narrativas, performances literárias, grupos de pesquisas e de mobilização, sob a pauta intitulada relações étnico-raciais. Considerando a diversidade da composição populacional, fato que já tem sido amplamente divulgado e promovido pesquisas e ações práticas nas bibliotecas públicas, o olhar para outras perspectivas que compõem as identidades ainda é um desafio para os profissionais dessas instituições. Somente a partir de uma abordagem interseccional é possível o desenvolvimento de ações que acolham pessoas negras com deficiência, público mais vulnerável sob o ponto de vista de acesso à direitos básicos para uma vida digna. Visando uma melhor compreensão de como a interseccionalidade pode ser um aporte teórico e metodológico na inclusão desse público, a pesquisa, a partir de referenciais teóricos nacionais e internacionais se propõe a uma análise documental e a elaboração de um modelo de formação continuada para bibliotecários de bibliotecas públicas e suas equipes para um atendimento inclusivo, acessível e antirracista.

Palavras-chave: interseccionalidade; racismo; capacitismo; bibliotecas públicas; formação continuada; oficina temática.



## ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities when thinking about action that involve books, reading, literature and libraries has been highlighted in several areas of Librarianship and Information Science. The same happens with the black population, which has been contemplated with an increase in authorship, narratives, literary performances, research and mobilization groups, under the agenda entitled ethno-racial relations. Considering the diversity of the population, a fact that has already been widely publicized and promoted research and practical actions in public libraries, looking at other perspectives that make up the identities is still a challenge for the professionals of these institutions. Only from an intersectional approach it is possible to develop actions that welcome black people with disabilities, the most vulnerable public from the perspective of view of access to basic rights for a dignified life. Aiming at a better understanding of how intersectionality can be a theoretical and methodological contribution to the inclusion of this public, this research, based on national and intersectional theoretical framework, proposes a documentary analysis and the development of a continuing education model for librarians of public libraries and their teams for an inclusive, accessible and anti-racist service.

Keywords: intersectionality; racism; empowerment; public libraries; continuing education; thematic workshop.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>17</b>
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>17</b>
<b>4 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>18</b>
<b>4.1 A identidade negra brasileira e a negação de acesso à Biblioteca Pública .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2 Direitos das pessoas com deficiência e a luta para garantir acesso à ações culturais de livro e leitura.....</b>	<b>21</b>
<b>4.3 A interseccionalidade entre raça e deficiência na Biblioteconomia ..</b>	<b>27</b>
<b>4.4 Mediação inclusiva e acessível para garantir a aplicação dos conceitos de interseccionalidade entre raça e deficiência na programação de bibliotecas públicas .....</b>	<b>29</b>
<b>5 MODELO DE FORMAÇÃO: PROPOSTA DE OFICINA TEMÁTICA.....</b>	<b>37</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A importância da Biblioteca na história da humanidade perpassa pela possibilidade de acesso, partilha de saberes e fortalecimento da cidadania. No caso da biblioteca pública, que, segundo Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA (1994, p.1) é uma:

[...] porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. Ela sustenta sociedades saudáveis baseadas em conhecimento fornecendo acesso e permitindo geração e compartilhamento de conhecimento de todos os tipos, incluindo conhecimento científico e regional sem barreiras comerciais, tecnológicas ou legais.

E, enquanto um espaço da comunidade, deve refletir sua composição. Segundo dados da 4ª edição da pesquisa Retratos da leitura no Brasil, realizada em 2016 pelo Instituto Pró-Livro<sup>1</sup>, um número menor de entrevistados frequenta bibliotecas públicas (55%) em comparação ao número de entrevistados que não frequenta (65%) e, ainda menos pessoas, considerando a amostragem, frequentam bibliotecas comunitárias ou circulantes. A pesquisa aponta também que a maior parte do público que frequenta bibliotecas públicas (64%) é de pessoas entre 05 e 24 anos, que pode ser em idade escolar ou universitária. Esses dados possibilitam a reflexão de que as pessoas da comunidade que não estão estudando não se apropriam da biblioteca pública. A pesquisa Cenários da Leitura Acessível, realizada em 2019 pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, também traz relatos sobre a dificuldade de pessoas com deficiência visual em frequentar bibliotecas públicas pela falta de acessibilidade<sup>2</sup>.

A provocação de pesquisas sobre temas relativos às desigualdades socioeconômicas e culturais que afetam a população brasileira de diferentes maneiras, tem sido uma estratégia utilizada em diversas áreas do conhecimento e se intensifica principalmente nesse tempo em que as novidades tecnológicas aproximam as diversas produções teóricas e literárias de sujeitos invisibilizados na produção intelectual e/ou literária. Temas como desigualdade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e inclusão – e todas as implicações resultantes dos conflitos não

---

<sup>1</sup> O IPL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), sem fins lucrativos, criada e mantida pelas entidades do livro – Abrelivros, CBL e Snel – com a missão de transformar o Brasil em um país de leitores. Para mais informações <https://www.prolivro.org.br/quem-somos/sobre-o-ipl/>.

<sup>2</sup> Essa pesquisa, fruto projeto submetido à edital de incentivo fiscal, foi realizada pelo Instituto Datafolha entre 02 de julho e 16 de agosto de 2019, com o objetivo de subsidiar as ações da Rede. Considerando a pandemia de COVID, realizou entrevistas por telefone com usuários e profissionais de biblioteca de todo Brasil, pessoas com e sem deficiência. A pesquisa está disponível em [https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa\\_Cenarios-da-Leitura-Acessivel.pdf](https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa_Cenarios-da-Leitura-Acessivel.pdf)

solucionados nesses campos – têm sido recorrentes nos diálogos onde os profissionais bibliotecários estejam presentes. Parte dessa inserção deve-se à ampliação de públicos que nem sempre estiveram nas bibliotecas, seja essa presença física ou mesmo virtual, dado o aumento da circulação de produções sobre essas temáticas em eventos e atividades em meio virtual, impulsionadas pelo isolamento social decorrente da pandemia de 2020.

A ONG Mais Diferenças é uma instituição que há 18 anos atua na área da inclusão de pessoas com deficiência, através de assessorias, pesquisas e produção de materiais acessíveis nas áreas de educação e cultura. Entre suas publicações produzidas em diferentes suportes acessíveis e disponibilizadas em plataformas digitais que utilizam recursos de acessibilidade tais como janela de libras e audiodescrição, escolhemos a publicação voltada especificamente para orientar como promover a acessibilidade em bibliotecas. Nessa publicação, a ONG nos alerta sobre a ausência de pessoas com deficiência em bibliotecas.

De nada adianta estruturar uma biblioteca acessível em todos os quesitos fundamentais – equipe treinada, acervo acessível, acessibilidade comunicacional e arquitetônica etc. – se as pessoas com deficiência não participarem de suas atividades (Mais diferenças, 2016, p.57).

A partir dessas provocações, somada às experiências profissionais e pessoais da pesquisadora, esse estudo se pergunta sobre as possíveis causas para a ausência de pessoas negras com deficiências, em bibliotecas públicas, e busca propor estratégias que possam mudar esse quadro. Para tanto, ao longo dessa monografia, vamos nos dedicar a temas que envolvem identidades, acessibilidade, democratização do acesso e interseccionalidades.

A relação da pesquisadora com esses temas remonta às suas atividades profissionais desde sua formação em bacharel em Sociologia e Política, que para a conclusão do curso fez a apresentação da monografia “A trajetória das políticas públicas de raça na Prefeitura Municipal de Santo André/SP”, que foi um marco em sua carreira, possibilitando que desenvolvesse outras intervenções em projetos e programas voltados à equidade étnico-racial. Somada a essa trajetória, a pesquisadora trabalhou como articuladora comunitária de março de 2016 até novembro de 2022 na Rede de Leitura Inclusiva, um projeto da Fundação Dorina Nowill, que tem por objetivo potencializar as instituições que recebem doações livro acessível em formato braile, tinta-braile, áudio, fonte ampliada, para que possam ir além aumentar seu acervo, uma experiência que será mais detalhada no capítulo 3.

Durante a sua atuação na Rede de Leitura, embora o diálogo sobre acessibilidade sempre contasse com diversidade de regionalidades, costumes e ferramentas literárias, foi possível identificar a ausência de pessoas negras com deficiência em muitas ações, seja na condição de participante ou mesmo no protagonismo das narrativas literárias disponibilizadas. A partir de então, a pesquisadora debruçou-se sobre o tema, ancorando a percepção em Zago, Muniz e Wanzeler (2014), que estudaram os impactos das identidades interseccionais na vida de mulheres negras e surdas.

Dito isto, o público foco deste estudo é composto por pessoas negras com deficiência, que tem se mostrado ausente em bibliotecas públicas. Assim, nos inspiramos em Cardoso (2015, p.19), e seu estudo sobre a Biblioteca Pública Estadual do Maranhão, que chama a atenção para a ausência de pessoas negras sob várias perspectivas, conforme segue:

A biblioteca pública se apresenta de forma insuficiente no registro e na preservação do conhecimento sobre o reconhecimento positivo da diferença que pode construir a identidade de determinados segmentos sociais. Nesse sentido, nossa indagação é quanto às causas e consequências da ausência da memória da população negra no acervo da biblioteca pública maranhense no período da experiência que dificulta os profissionais da informação/bibliotecários de (re) construir uma identidade negra com os usuários reais e potenciais da biblioteca pública do Maranhão, em sua maioria pretos e pardos.

Nesse sentido, ao reconhecer que pessoas negras com deficiência, ou seja, pessoas que pertencem a dois grupos sociais estigmatizados, e que por isso se mostram em desvantagem no acesso às bibliotecas públicas, faz com que essa pesquisa enfrente o desafio de dialogar, de forma teórica, com o tema da interseccionalidade. Ao longo do trabalho, propomos uma análise sobre a ausência de pessoas negras com deficiência nesses espaços, a partir de duas diferentes perspectivas: ausência física e a ausência intelectual. A ausência física se dá, geralmente, quando não há pessoas negras com deficiência no quadro de funcionário, ou mesmo como frequentador (leitor, associado, cliente, etc.), e pela falta de acessibilidade arquitetônica, seja do equipamento localizado em seu entorno, bem como de outras vertentes da acessibilidade. Igualmente, a ausência intelectual se dá nos materiais do acervo, que nem sempre representam pessoas negras com deficiência, quer seja na autoria ou nas narrativas das obras, na programação da biblioteca, e nas ações de mediação de leitura, o que demanda ampliar o debate sobre as relações étnico-raciais, em bibliotecas públicas, com a vertente da acessibilidade,

conforme Aquino e Santana (2013) quando enfatizam a importância do profissional da informação conhecer sobre a cultura afrocêntrica, para realizarem as práticas de organização e representação da informação.

A reflexão sobre o papel social da biblioteca para que a inclusão das pessoas negras com deficiência seja efetiva, envolve a compreensão de conceitos-chaves que foram explorados durante a construção da monografia. Consideramos três termos como fundamentais: população negra<sup>3</sup>, pessoa com deficiência e interseccionalidades. Esses termos são diretrizes para tudo o que é proposto nessa monografia, pois representam a necessidade da biblioteca pública incluir esse público em suas ações e acervos, quanto a refletir sobre as consequências de sua ausência.

O ponto de partida em relação ao termo população negra como estratégia para abordar o reconhecimento do racismo como mecanismo que molda as relações institucionais, interpessoais e comunitárias e as bibliotecas públicas não estão excluídas desse entendimento, tanto no que diz respeito às relações desenvolvidas por seu público quanto às condutas dos profissionais que lá se encontram, como explicita Carneiro (2015, p.19):

A biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento. O Brasil é um país onde existe o preconceito e a discriminação étnico-racial; isto já foi provado através de diversos estudos. Assim, seria impossível que a biblioteca, enquanto instituição social inserida em tal sociedade ficasse privada das marcas do racismo.

É, por um lado, a crença na inferioridade de alguns povos e de sua ascendência, e, por outro lado, a ausência de problematização do papel social desempenhado por outros povos que, historicamente são apresentados como modelo a ser seguido, como a palavra determinante para o que se chama de povos civilizados. Entender as relações étnico-raciais na biblioteconomia e ciência da informação é fundamental, pois os profissionais das bibliotecas públicas, bem como todos os sujeitos da sociedade são atravessados por essa desigualdade, conforme o entendimento de Garcez (2019), quando problematiza sobre a prática docente ou profissional do bibliotecário e a disseminação de preconceitos.

No capítulo 2, apresentamos os objetivos desta pesquisa, desenhados a partir dos referenciais teóricos e de diálogos com pessoas com deficiência acessadas pela

---

<sup>3</sup> Utilizamos, aqui, as expressões negros, negras e população negra em referência aos descendentes de africanos trazidos ao Brasil durante os três séculos em que o país praticou o tráfico negreiro, e que contribuíram e contribuem com a formação da identidade étnica e cultural da população brasileira (SANTOS, 2016, P. 12)

pesquisadora em sua trajetória profissional e pessoal impulsionada pelo trabalho na Rede de Leitura Inclusiva.

O capítulo 3 aborda os procedimentos metodológicos e, assim como nos objetivos, sofre impacto das produções teóricas e atuações literárias de pessoas negras com e sem deficiência e de pessoas antirracistas e anticapacitistas. O desafio para a consolidação desse capítulo foi a localização da produção de pessoas negras com deficiência, visto que muitos espaços não trazem à tona as diversas identidades da produção intelectual. Vencer esse desafio foi possível conhecendo profissionais negros com deficiência através de suas redes sociais e, a partir de cada um, estender o olhar às suas redes de relacionamento e sua participação em espaços de garantia de direitos.

No capítulo 4, abordaremos alguns os conceitos e referenciais teóricos relacionados ao termo população negra, bem como uma reflexão sobre a ausência de pessoas com deficiência em vários espaços. A própria construção do termo “pessoa com deficiência”, hoje legitimada, exemplifica o quanto a história e as decisões políticas, culturais e institucionais desumanizaram pessoas pela sua constituição física ou intelectual. Apresentaremos brevemente a legislação que, ao ser provocada pelas pessoas com deficiência em mobilizações diversas, traz para as bibliotecas públicas a importância do compromisso para o atendimento igualitário a todas as pessoas pois entendemos que:

O bibliotecário, como agente facilitador do acesso à informação, deve pensar em ambientes inclusivos que atendam às necessidades informacionais de qualquer pessoa não importando a condição que elas apresentam (Silva, 2020, p.20).

Ainda no capítulo 4 faremos uma reflexão sobre interseccionalidades, para ampliarmos o entendimento conceitual das diversidades dos corpos, considerando suas necessidades específicas e, com essa ampliação do entendimento, refletiremos sobre como esses vários corpos são acolhidos nas bibliotecas públicas. Não foram localizadas muitas referências com o tema interseccionalidade em periódicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Sendo assim, trazer esse termo para essa monografia, significa estabelecer uma conexão entre as reivindicações temáticas de profissionais e pesquisadores da Biblioteconomia, como salienta Silva (2021, p.210):

Destaco aqui o movimento pulsante que acontece na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil que busca o fortalecimento das novas epistemes como um exemplo de uso da interseccionalidade como ferramenta

analítica, visto que tem a intenção de evidenciar o quanto certas teorias apontadas na formação e na atuação de pessoas bibliotecárias contribuiu/contribui para as crescentes desigualdades sociais, que ainda é reproduzida a ausência de discussões interseccionais na base.

A formação profissional é uma área estratégica nessa pesquisa, e aqui nos inspiramos em Francisco das Chagas de Souza (2002, p.87), quando nos convida a entender os direitos do usuário ao acessar os serviços de informação e o papel da formação do profissional bibliotecário:

Da mesma maneira que são defensáveis para a pessoa humana o autocuidado de saúde e a autonomia do pensar, também se pode defender e fomentar para a pessoa usuária de serviços de informação a capacidade de auto-suprir-se de toda a informação existente. Um caminho nessa direção é oferecer na formação do profissional da informação um conteúdo que também o capacite para aquelas práticas educativas que se orientam não apenas para a mera instrução instrumentalizadora, mas para as práticas educativas conscientemente orientadas para a construção de valores que respeitam a condição humana inerente a pessoa usuária da informação.

Esse clássico nos provoca a entender o quanto o acesso à informação pode mobilizar a sociedade em diversos caminhos e necessidades e, o profissional da informação, principalmente aquele que atua em instâncias do poder público, por estar em contato com todas as manifestações da existência humana (Chagas, 2012, p. 102), tem um papel de constante busca por conhecimento. A formação continuada, proposta ao final desta monografia, está em consonância com esse pensamento, através de uma prática que interaja com a pessoa bibliotecária e suas equipes, ofertando conceitos e metodologias de formação continuada para um reconhecimento da interseccionalidade que afeta pessoas negras com deficiência e para uma reflexão de que é fundamental o preparo para vencer essa dupla desigualdade.

Se considerarmos que a informação e o conhecimento são aliados no combate às desigualdades, as bibliotecas públicas têm um papel fundamental nos processos de inclusão e combate à dupla estigmatização vivenciada por pessoas negras com deficiência. Se tomarmos como exemplo a realização de saraus, peças de teatro que podem ser encenadas por coletivos e movimentos culturais de diferentes grupos, o estabelecimento de parceria para a realização de cursos, a abertura de espaço na agenda da biblioteca para sediar debates entre diferentes profissionais, entre outras iniciativas, consolida-se a biblioteca como espaço de referência para que conhecimento circule entre pessoas que nem sempre a frequentam.

Para que isso se concretize, é preciso que o bibliotecário e outros profissionais reconheçam a potencialidade da informação e do conhecimento na vida das pessoas



negras com deficiência e reestruturem, por exemplo, as reuniões e espaços formativos disponíveis para suas equipes. Se as formações envolverem saberes locais as equipes técnicas, administrativas e até mesmo os trabalhadores terceirizados, em parceria com a comunidade, pode fazer a diferença na otimização das práticas voltadas para a mudança social.

## **2 OBJETIVOS**

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar para os profissionais bibliotecários de bibliotecas públicas e suas equipes um modelo de formação nos moldes de uma Oficina Temática com conceitos e estratégias de mobilização que visem o acesso e permanência de pessoas negras com deficiência.

Para a concretização do objetivo geral, foram construídos três objetivos específicos:

- a) Apresentar os conceitos identidade negra, pessoa com deficiência e interseccionalidade com foco no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.
- b) Demonstrar, do ponto de vista bibliográfico, como os conceitos interseccionalidade, raça e deficiência podem ser aplicados nas ações/atividades de livro, leitura e literatura, em bibliotecas públicas, somando-os ao entendimento de termos essenciais para a inclusão desse público em diferentes áreas de composição do acervo, tais como nas narrativas e autorias, e
- c) Estruturar um modelo de formação nos moldes de uma Oficina Temática, com conteúdo programático e metodologia que tenha como foco a partilha de metodologias e atividades práticas para que os profissionais bibliotecários e suas equipes possam dispor de ações acessíveis, inclusivas e antirracistas em suas unidades de atendimento.

## **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo foi desenvolvido como pesquisa qualitativa, com uso de análise documental e pesquisa bibliográfica (Almeida; Perucchi; Freire, 2020), pois tem como referências não apenas artigos acadêmicos, mas também documentos oriundos de Organizações não Governamentais – ONGs e movimentos sociais que ressaltam, através de suas experiências, a necessidade de olhares múltiplos para o

atendimento de pessoas negras com deficiência. Somado a essas revisões teóricas, propusemos uma intervenção, através da elaboração de uma oficina que vai propiciar não apenas a reflexão dos participantes sobre a inclusão de pessoas negras com deficiência em bibliotecas públicas, mas também propiciará exercícios práticos que poderão ser replicados no cotidiano da instituição. As pesquisadoras Barradas, Freire, Prudêncio e Santos (2017, p.425), em relato de experiência de projeto de extensão, explicam que:

A escolha do formato Oficina para o desenvolvimento do projeto permite a integração de diferentes abordagens de ensino; possibilita maior conexão entre os participantes e a apresentação dos conteúdos em formato resumido e orientado à prática profissional.

Ao longo do trabalho, também optamos por demarcar as referências conceituais acerca da construção social das identidades de pessoas negras e de pessoas com deficiência. Esse diálogo, pautado no lugar e papel dos profissionais que atuam em bibliotecas públicas, somado aos estudos documentais de base exploratória e às experiências profissionais da pesquisadora na área de inclusão e acessibilidade, são referência para as ações propostas no capítulo 5, a Oficina de Leitura.

Assim, considerando os referenciais teóricos utilizados e as experiências profissionais e pessoais da pesquisadora em relação ao pertencimento étnico do grupo o qual o estudo está voltado, se pretende uma análise sobre como as bibliotecas públicas podem atuar perante a ausência de pessoas negras com deficiência em seus espaços. Além do levantamento documental, o estudo apresentará estratégias que podem mudar esse quadro com o envolvimento dos profissionais desses Serviços de Informação.

#### **4 DESENVOLVIMENTO**

A escolha por abordar a inclusão de pessoas negras com deficiência em Bibliotecas Públicas a partir da temática interseccionalidade deu-se, conforme mencionado na introdução desta monografia, pelas experiências profissionais na área da acessibilidade. Na medida em que a pesquisadora, na condição de ativista dos direitos humanos e tendo como atribuição profissional a inclusão de pessoas com deficiência nas ações de livro e leitura, a ausência de pessoas negras com deficiência era um incômodo que pode ser traduzido na reflexão de Almeida e Araújo (2020, p.64):

[...] apesar de o fator “raça” dificilmente ser suscitado nos debates sobre deficiência, o quantitativo de pessoas com deficiência das raças “preta” e “parda” supera em 1.6 milhões o total de pessoas com deficiência de outras raças. a ausência interseccional gera um silêncio em temáticas que tocam ao

mesmo tempo raça e deficiência, tais como a pauta dos manicômios judiciários. nesse sentido, ao fazer o censo de “uma população invisível - os loucos infratores que vivem em estabelecimentos de custódia e tratamento psiquiátrico no Brasil, Diniz identificou uma “população majoritariamente masculina, negra, de baixa escolaridade e com periférica inserção no mundo do trabalho”. mesmo em vista da concomitância da racialidade e da deficiência, a institucionalização em manicômios continua invisibilizada tanto nas discussões raciais quanto nas afetas à reforma psiquiátrica. os institucionalizados são pessoas negras com deficiências psicossociais, intelectuais e mentais, que têm suas próprias histórias, suas próprias narrativas, cada uma marginalizada pelo não dito da intersecção.

Nossa intenção é que esse “não dito” proposto pelos autores seja enfrentado pelos bibliotecários e outros profissionais de bibliotecas públicas para que as pessoas negras com deficiência possam ter “suas próprias histórias, suas próprias narrativas” reconhecidas como diversas, potentes e encantadoras. E, para esse reconhecimento ser legitimado, a perspectiva da interseccionalidade permite aos bibliotecários e demais membros das equipes (re)conhecer as histórias e narrativas desse público, trazendo-os para suas estantes, para a programação e para quem sabe, para as mesas de trabalho lado-a-lado.

#### **4.1 A identidade negra brasileira e a negação de acesso à Biblioteca Pública**

O reconhecimento da diversidade de corpos e de identidades que compõem a identidade brasileira, é fundamental para a produção e disseminação do conhecimento. Na atualidade, o discurso de várias áreas do conhecimento não se mantém pautado apenas na mestiçagem e democracia racial como constituintes da nossa sociedade, e justificativa para o aceite de um convívio pacífico e harmonioso (Freire, 2019) mas tem se debruçado sobre o racismo estrutural (Almeida, 2018) e suas consequências danosas para o desenvolvimento das pessoas negras e da nação. Segundo Almeida (2018, p.33):

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Refletindo sobre essa estrutura, na biblioteconomia e ciência da informação não seria diferente, já que, segundo Cardoso, Pinto (2018, p.65):

Dizer que o racismo é estrutural da nossa sociedade implica dizer que ele está em todas as instituições do país, como bem foi demonstrado na seção anterior deste trabalho, a partir do diálogo com o sociólogo Clóvis Moura. Porém, as ideias que alimentam essas opressões seguem sendo difundidas

na sociedade e afetam o cotidiano e as práticas profissionais do profissional da informação. Felizmente, essa discussão vem adentrando o espaço acadêmico e profissional. Esse retardo se dá pelo fato de a Biblioteconomia estar impregnada de um olhar ocidentalizado. Sendo assim, muitas vezes, existe uma só definição de informação, de cultura, memória, arquivo, museu, centro de informação, indexação, banco de dados, relatório, etc., e uma só forma de organizar e disseminar a informação e a leitura, com bases quase únicas e universais, assim como uma única forma de ser e estar no mundo.

A complexidade da conexão entre o racismo e o capacitismo também está evidenciada nessa estrutura, conforme explicita o relatório do Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam<sup>4</sup>:

A situação das pessoas negras com deficiência hoje no Brasil não pode ser separada da história colonial do País que resultou em trezentos e cinquenta anos de escravização de povos indígenas e de 5,5 milhões de africanos. Durante esses séculos de escravização, a maioria da população negra escravizada foi submetida a torturas e mutilações como forma de punição, levando muitos negros escravizados à condição de deficiência (MRG; VDNI; UY, 2022, p.3).

A biblioteca pública tem como prerrogativa o atendimento de todas as pessoas e, para que esse atendimento expresse a diversidade cultural (IFLA, 1994) é preciso que a pessoa bibliotecária e os demais profissionais estejam atentos à diversidade para não corroborar com a ideia discriminatória de que pessoas negras não têm capacidade intelectual ou, que pessoas negras não ocupam os espaços de produção e disseminação de conhecimento, ou ainda legitimando a produção de saberes de não negras, corroborando com o racismo informacional. Essa é uma prática conhecida por epistemicídio que, definido por Alves (2021)<sup>5</sup> “[...] enquanto mecanismo de censura dos saberes, é resultado de um *modus operandi* da produção científica imersa em disputas políticas e relações de poder”. O profissional bibliotecário deve se ater à composição de seu acervo para que ele represente diversos contingentes populacionais na autoria e na temática.

Compreender a interseccionalidade do atendimento de pessoas negras com deficiência exige uma disponibilidade da pessoa bibliotecária e suas equipes em descortinar algo que não costuma fazer parte do planejamento institucional. Essa disponibilidade pode ser exercitada com a inclusão de saberes científicos e técnicos de outras áreas das ciências sociais aplicadas tanto na formação inicial do

---

<sup>4</sup> O Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam, segundo informações em suas redes sociais e no Relatório Alternativo para a Comissão Para Eliminação da Discriminação Racial (CERD), apresentado durante a 108ª Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), Genebra, se define da seguinte maneira: “Somos um movimento criado por pessoas negras, pessoas com deficiência e principalmente por pessoas negras com deficiência na busca por uma sociedade antirracista e anticapacitista. Atuamos por meio de ações na sociedade civil e advocacy.”. (Minority Rights Group, 2022, p. 02)

<sup>5</sup> Citação retirada do resumo da obra citada, consequentemente, sem número de página.

bibliotecário, quanto em espaços formativos de suas equipes. Refletir com aportes teóricos das áreas da história e educação, por exemplo, ou até mesmo com conhecimentos de pessoas ativistas de direitos de grupos minoritários, pode apoiar, de maneira crítica e transversal, novos fazeres na biblioteca pública. Com novos olhares, será possível compreender a urgência de novas vozes e narrativas para que a biblioteca pública possa qualificar ainda mais a bibliodiversidade em suas ações. E, tomando como referência o contexto e a potência desses novos olhares, ousamos dizer que as ações de leitura serão tão mais inclusivas e acessíveis conquanto a bibliodiversidade esteja presente no suporte dos materiais utilizados, mas também na autoria, na narrativa, nos referenciais teóricos e, inclusive, na construção e divulgação de tais atividades.

Os apontamentos sobre a ausência de pessoas negras com deficiência em bibliotecas públicas parte do interesse e das relações profissionais da pesquisadora ao longo dos últimos sete anos, gerando inquietações, mas também trazendo potencialidades ao deparar-se com protagonismo de literaturas, narrativas e autorias desse público. Durante a atuação profissional, nos deparamos com a produção de diversos profissionais negras e negros com deficiência, mas que estavam restritos ao circuito da acessibilidade e inclusão. Em diálogos formativos com profissionais bibliotecários, ao apresentar tais produções, recebia como devolutiva espanto e também disponibilidade para o acesso a tais obras e autorias.

#### **4.2 Direitos das pessoas com deficiência e a luta para garantir acesso às ações culturais de livro e leitura**

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, em seu Artigo 2º

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p.9).

A trajetória na luta por direitos, até chegarmos em uma legislação nacional que construa essa definição em todas as relações sociais, culturais, políticas e econômicas, envolve a mobilização das pessoas com deficiência e de instituições que as acolhem. Miranda (2017) apresenta esse processo, que envolve instâncias e organizações nacionais e internacionais, em um quadro que lista atos políticos e

legislações nacionais e internacionais que impactam em diversas políticas públicas de garantia de direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Quadro 1 – Marcos legais da exclusão à inclusão social – legislação nacional e internacional

ANO	TÍTULO	ASSUNTO
1948	Declaração dos direitos Humanos – ONU	Direitos humanos
1975	Declaração dos Direitos das <b>Pessoas Deficientes</b> ONU	Direito das pessoas com deficiência
1976	Resolução nº 31/123 – ONU	Ano Internacional das <b>Pessoas Deficientes</b>
1981	Declaração de Princípios	Equiparação de oportunidades
1982	Resolução nº 37/52 – ONU	Programa de Ação Mundial para as <b>Pessoas Deficientes</b>
1985	Lei nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por <b>pessoas portadoras de deficiência</b> e dá outras providências
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Estabelece direitos fundamentais e sociais das <b>pessoas portadoras de deficiência</b>
1989	Lei nº 7.853	Política Nacional para a Integração da Pessoa <b>Portadora de Deficiência</b>
1990	Resolução nº 45/91 – ONU	Propõe uma sociedade para todos até 2010
1993	Resolução nº 48/96 – ONU	Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para as <b>Pessoas com Deficiência</b>
1999	Convenção da Guatemala – OEA	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as <b>Pessoas Portadoras de Deficiência</b>
1999	Carta para o Terceiro Milênio	Estabelece medidas para proteger os direitos das <b>pessoas com deficiência</b> mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida
2000	Lei nº 10.048	Estabelece atendimento prioritário às <b>pessoas portadoras de deficiência</b>
2000	Lei nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das <b>pessoas portadoras de deficiência</b> ou com mobilidade reduzida
2001	Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão	Sociedade Inclusiva
2001	Decreto nº 3.956	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as <b>Pessoas Portadoras de Deficiência</b> .
2002	Declaração de Madri	Estabelece parâmetro conceitual para as atividades do Ano Europeu das <b>Pessoas com Deficiência</b> tanto em nível da União Europeia como nos níveis regional, nacional e local.
2002	Declaração de Caracas	Estabelece o ano de 2004 como o ano das <b>pessoas com deficiência</b> e suas famílias almejando a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

2002	Declaração de Sapporo	As <b>peças com deficiência</b> se opõem às guerras, violências e todas as formas de opressão, que causam deficiência por causa de minas terrestres e diversos tipos de destruição armada e tortura.
2006	Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência – OEA	Tem por objetivos alcançar o reconhecimento e o pleno exercício dos direitos e da dignidade das <b>peças com deficiência</b> , e seu direito de participar plenamente da vida econômica, social, cultural, política e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e em situação de igualdade com os demais (cidadãos e cidadãos)
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU	Direito das <b>Pessoas com Deficiência</b> .
2008	NORMA ABNT 15599	Acessibilidade – Comunicação na Prestação de serviços
2009	Decreto nº 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das <b>Pessoas com Deficiência</b> e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2011	Decreto nº 7.612	Institui o Plano Nacional dos Direitos da <b>Pessoa com deficiência</b> – Plano Viver sem Limite.
2015	Lei nº 13.146, e 06 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da <b>Pessoa com Deficiência</b> (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2015	Norma ABNT 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
2017	Decreto nº 9.034	Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio

Fonte: Miranda, 2017, p. 1671

Para aproximar a legislação das bibliotecas Públicas e de outros serviços de informações, é necessário entendermos que o direito à informação e ao conhecimento possibilita à pessoa com deficiência acesso para uma vida e todos os seus signos e significados. Tomemos como exemplo o acesso à leitura para pessoas com deficiência visual:

[...] a leitura e escrita para as pessoas com deficiência visual guardam uma importância que ultrapassa a compreensão e o emprego das letras, do sistema de pontuação e acentuação, de questões práticas como a busca por informação, comunicação, como um mecanismo de auxílio à memória. Representa uma emancipação, uma ponte de ligação a uma gama de possibilidades ofertadas por um mundo sociocultural. (Rocha Filho e Machado, 2017, p.13)

Complementando o apontamento contundente de Rocha Filho e Machado (2017), resgatamos de Ana Maria Araújo Freire (2015), um convite a um mergulho na dialogicidade da leitura proposta por Paulo Freire (1989, p.9) quando determina que “A leitura de mundo precede a leitura da palavra”. Ana Maria (2015, p.296) nos

convoca a compreender o ato de ler textos a partir do contexto histórico em que vivemos pois:

Texto falado ou escrito – criado na construção e constituição da existência humana – sem contexto são signos vazios dos significados que lhes atribuímos como subjetividade de sujeitos históricos que somos. Contexto sem texto nos remete aos primórdios de nossa animalidade, quando ainda nos fazíamos homens e mulheres; nega a objetividade concreta. Texto e contexto, quando não relacionados pelo diálogo entre os seres humanos, são coisas subjetivistas e objetivistas que dicotomizam o indicotomizável, a integridade dialética própria da existência humana.

A partir dessa reflexão, consideramos que o acesso ao livro, leitura, literatura e bibliotecas também envolve a participação de cidadãs e de cidadãos, pois esses se relacionam com o objeto livro e o ato da leitura, seja em qualquer suporte, ambiente ou programação. Assim, para que a biblioteca pública exerça seu papel, e seja reconhecida como “[...] o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.” (IFLA, 1994, p.1), é importante o bibliotecário e demais membros de equipe se apropriarem do contexto histórico, social e cultural dos leitores, principalmente daqueles considerados ausentes nesses espaços. Para isso, também, é preciso que os profissionais das bibliotecas públicas entendam o contexto histórico de seu público não apenas visando a compreensão de sua ausência, mas também inovando para que o acervo e o espaço sejam usufruídos por todos pois, como nos provoca a bibliotecária Ana Maria Souza (2023, p.4), gestora da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, afirmando que:

A biblioteca é a porta de acesso, a biblioteca pública principalmente. É o único acesso que a população tem ao conhecimento, ao saber e à cultura. Em um município pequeno, pode não haver um museu, um teatro, mas uma biblioteca municipal você vai ter, e esse é o ponto de acesso. A gente é responsável por cuidar de acesso à informação, de encurtar caminho para a cidadania, para a cultura. A biblioteca tem que estar aberta para a população negra, para a população periférica.

Conectando as duas propostas acima – o argumento de que a leitura é uma ferramenta que nos permite transitar pelas diferentes experiências de vida dos diversos sujeitos e o apontamento de que a biblioteca pública é a porta de acesso ao conhecimento – propomos, neste trabalho, que o bibliotecário e os demais profissionais da biblioteca pública desenvolvam ferramentas técnicas para o uso de práticas inovadoras que garantam também a presença de pessoas negras com deficiência em seus serviços.



A percepção sobre a ausência de pessoas com deficiência de bibliotecas públicas ficou explicitada durante a atuação da pesquisadora na Rede de Leitura Inclusiva. A pesquisa Cenário da Leitura Acessível (2019, p.23) o depoimento de profissionais que participavam das ações é explicitado no trecho abaixo:

Os parceiros da Rede de Leitura Inclusiva se mostram interessados em dar suporte e ser referência para ajudar na orientação sobre aspectos relacionados à cegueira e à baixa visão, especialmente em crianças. Mas esbarram nas barreiras atitudinais e estruturais de muitas instituições como bibliotecas e escolas, principalmente as públicas, e isso impacta diretamente no interesse das pessoas para quem as ações são destinadas.

Nas experiências profissionais desenvolvidas junto aos profissionais das bibliotecas públicas, foram diversos os relatos de que, apesar do acervo acessível em braille, parte dele adquirido de doações da Fundação Dorina, havia pouca frequência de leitores cegos e com baixa visão. Essa situação às vezes repercutia na desativação do Setor Braille, pois como os livros ocupam muito espaço, os profissionais quando demandados, diminuíram o acervo.

Para planejar estratégias que possibilitem a presença de Pessoas com Deficiência em bibliotecas públicas é preciso que as equipes se apropriem do processo histórico que, no caso brasileiro, os desqualifica enquanto sujeitos de direitos e, conseqüentemente, como sujeitos produtores e consumidores de livro, leitura, literatura e biblioteca. Deve haver um entendimento do quanto essas pessoas precisaram lutar para, em primeiro lugar, serem reconhecidas do como sujeitos de direito e, a cada direito conquistado, pudessem transitar pelas diferentes esferas da sociedade que, mesmo não estando preparados para acolher suas demandas específicas, passaram a ter o compromisso institucional de se preparar para atendimento digno, equânime e inclusivo. E, a cultura – área onde a maior parte das ações de livro e leitura são propostas – não foi a área que primeiro se preparou, como explicitado pela ONG Mais Diferenças (2016, p.8), após afirmar o avanço da garantia de direitos das pessoas com deficiência a partir da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006:

Como reflexo disso, a questão da acessibilidade vai ganhando espaço no campo da cultura. Tanto o Plano Nacional de Cultura (PNC) quanto o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), assim como os Planos Estaduais e Municipais de Cultura e de Livro e de Leitura, já trazem diretrizes e metas relacionadas à acessibilidade, o que certamente representa um avanço no que diz respeito à exigibilidade do direito ao livro e à leitura por parte das pessoas com deficiência.

Em seu estudo sobre a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil, Figueira afirma que “no campo cultural, existem vários registros interessantes. Começando pelas lendas brasileiras, muitas trazem o tema deficiência em seu contexto de forma pejorativa” (2021, p.165). A partir desse contexto, podemos compreender os relatos de pessoas com deficiência acerca do tratamento em espaços culturais, que vão desde a piedade e/ou infantilização no atendimento feito pelos diversos profissionais, passam pela falta de acessibilidade arquitetônica e metodológica das programações e ficam explicitadas em gestos das pessoas sem deficiência que acompanham as atividades culturais que geralmente se incomodam com corpos com deficiência. Esse cenário, conseqüentemente, causa às pessoas com deficiência desprazer em vivenciar as atividades culturais.

Quando se trata de pessoas negras com deficiência, o estigma se alia ao estereótipo causado pelo racismo. Figueira (2021, p.167) nos lembra, em se tratando de lendas e tradições folclóricas, que:

Em um olhar cuidadoso, encontraremos o assunto "deficiências" no contexto de muitas delas, associados ao mal, ao castigo, à punição, dentre outros motivos negativos. Pode não parecer, mas, ao longo dos séculos, essas ditas inofensivas narrativas têm contribuído no fortalecimento da imagem pejorativa da temática deficiência, conforme iremos observar no contexto das lendas a seguir.

O autor aborda as lendas do Saci-Pererê, Curupira, Mula sem Cabeça e Cabeça de Cuia, além de diversas outras histórias que permeiam o imaginário popular:

O povo brasileiro é de uma imaginação coletiva extremamente fértil. Um exemplo são as periferias de algumas capitais da Amazônia, onde facilmente ouve-se histórias de gente que vira bicho. Imaginem no interior e nos lugares mais remotos desse imenso Brasil! São prosas de gente que vira cavalo, porco, cobra cachorro e assim vai. Pessoas que, em noite de luar bonito, se isolam da sociedade para cumprir seu destino solitário, e esse destino em forma de maldição, punição, quase sempre é associado a uma deficiência, deformando o corpo, ganhando aspectos de maldade como forma de castigo. Seres que cumprem seus fardos estabelecidos pelo imaginário de um povo, alguns desses bichos voltam a ser gente – exemplo, o lobisomem – vestem suas roupas que ficaram escondidas em algum local ermo e voltam para casa, como se nada tivesse acontecido, mas com apenas uma certeza no coração: na próxima noite de lua, o destino lhes baterá à porta novamente. Ao findarem, terão a morte como um prêmio para o final de uma vida de sofrimentos e angústias (Figueira, 2021, p.167).

Se levarmos em conta o quanto pessoas negras, descendentes dos povos africanos, e pessoas indígenas tornaram-se pessoas com deficiência pelas práticas desumanizadoras deflagradas pela escravidão do período colonial, vamos ampliar nosso olhar para a ausência desse público em espaços de livro, leitura, literatura e

biblioteca. Devemos considerar que uma cultura que secularmente atribuiu desqualificação a determinados corpos, a ponto de considerar as violências que os atingem legítimas, demanda esforço para a mudança cultural que visa naturalizar a diversidade de corpos. Vencer a animalização, a piada, a penalização e tantos outros preconceitos e violências infringidos sobre os corpos de pessoas negras e indígenas com deficiência. Também exigindo esforço da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, campo estratégico para a difusão de novos referenciais de saber e de imaginário.

Assim, cabe um aprofundamento na interseccionalidade voltada para as pessoas com deficiência, ou seja, entender como o capacitismo afeta corpos negros e o acesso desse público em bibliotecas públicas e nas ações por elas desenvolvidas.

Vale destacar que nesse trabalho, ainda que reconheçamos que o racismo, aliado ao capacitismo, infringiu a outros povos vítimas do racismo, diversas violações de direitos, optamos por trazer o racismo na perspectiva das pessoas negras, por ser área de estudo e trabalho da pesquisadora desde sua primeira graduação em Sociologia e Política<sup>6</sup>.

Na próxima seção nos aprofundaremos na temática da interseccionalidade das identidades da pessoa negra com deficiência, por entender que o racismo e o capacitismo atravessam seus corpos de maneira diferente, levando a outras ausências na área de livro, leitura, literatura e bibliotecas.

### **4.3 A interseccionalidade entre raça e deficiência na Biblioteconomia**

Um profissional bibliotecário melhor preparado em relação à diversidade dos povos possibilita ampliação do repertório, melhor composição de acervo e mantém, no serviço de informações, uma equipe mais representativa em relação à sociedade.

---

<sup>6</sup> Em 2002 a pesquisadora concluiu a graduação em Sociologia e Política (FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo), com a apresentação da monografia “A trajetória das políticas públicas de raça na Prefeitura Municipal de Santo André/SP”, fruto de estágio e iniciação científica no projeto “Gestão local, empregabilidade e equidade de gênero e raça: uma experiência de política na região do ABC paulista”, realizada com apoios da FAPESP e OIT (Organização Internacional para o Trabalho). A partir de então, trabalhou na primeira gestão da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 2003, pelo Governo Federal) e outras instituições do terceiro setor voltadas ao combate ao racismo. Em 2016 concluiu a Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional de Jovens e Adultos (IFSP – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de SP) com a apresentação da monografia “A abordagem das relações étnico-raciais na formação de professores de Geografia do IFSP”. Mantendo-se profissionalmente e também na militância, em ações de enfrentamento ao racismo, ao ingressar na graduação em Biblioteconomia, é convidada a participar do Grupo de Trabalho Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades (GT-RERAD) da FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições).

O (re)conhecimento em torno de temas como relações étnico-raciais, diversidade de identidade de gênero, diversidade de corpos, por exemplo, vai garantir não somente um acervo amplo, mas também leva a interações dignas e inclusivas com os leitores e profissionais do Serviço de Informações onde atua.

O racismo e a discriminação racial são constituintes da sociedade brasileira e a representação da informação não pode ficar à parte dessa realidade histórica, pois o enfrentamento ao racismo é fundamental para a descolonização do saber científico nacional (Silva; Lima, 2019). Neste trabalho, somamos à temática de relações étnico-raciais e o enfrentamento ao racismo, a temática do capacitismo que, segundo a antropóloga Mello (2014, p.95):

É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia. Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas.

Para compreender a multiplicidade de fatores que dificultam o acesso de pessoas negras com deficiência a bibliotecas públicas, recorreremos aos estudos de interseccionalidade a partir de pesquisadoras como Crenshaw (2002, p. 9) que em seus estudos e ativismo sobre direitos civis, desigualdade de gênero e raça nos chama a atenção:

Um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos.

As pesquisas sobre as desigualdades socioeconômicas e culturais que afetam a população brasileira de diferentes maneiras, tem sido uma estratégia utilizada em diversas áreas do conhecimento e se intensifica principalmente nesse tempo em que as novidades tecnológicas aproximam as diversas produções teóricas e literárias de sujeitos invisibilizados na produção intelectual e/ou literária. Temas como desigualdade, igualdade de oportunidades, acessibilidade e inclusão – e todas as implicações resultantes dos conflitos não solucionados nesses campos – têm sido recorrentes nos diálogos onde os profissionais bibliotecários estejam presentes. Parte

dessa inserção deve-se à ampliação de públicos que nem sempre estiveram nas bibliotecas, seja essa presença física ou mesmo virtual, dado o aumento da circulação de produções sobre essas temáticas em eventos e atividades em meio virtual impulsionada pelo isolamento social decorrente da pandemia de 2020.

Para esse estudo, a publicação da ONG Mais Diferenças (2016, p.57), fruto do projeto Acessibilidade em Bibliotecas, provoca uma reflexão sobre o papel do profissional bibliotecário perante a acessibilidade quando menciona que:

De nada adianta estruturar uma biblioteca acessível em todos os quesitos fundamentais – equipe treinada, acervo acessível, acessibilidade comunicacional e arquitetônica etc. – se as pessoas com deficiência não participarem de suas atividades.

A bibliotecária Silva (2021, p. 210) aponta a interseccionalidade como uma ferramenta estratégica, que tem ampliado horizontes, principalmente em um tempo de mudança na produção e disseminação do conhecimento na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Destaco aqui o movimento pulsante que acontece na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil que busca o fortalecimento das novas epistemes como um exemplo de uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, visto que tem a intenção de evidenciar o quanto certas teorias apontadas na formação e na atuação de pessoas bibliotecárias contribuiu/contribui para as crescentes desigualdades sociais, que ainda é reproduzida a ausência de discussões interseccionais na base.

Ainda que a interseccionalidade seja uma ferramenta analítica, como pontua a autora, pensamos que essa ferramenta pode ir além dos estudos de raça, classe e gênero e abarcar uma população que não é reconhecida enquanto identidade múltipla, mas que tem demandado um olhar estratégico para suas demandas: a população negra com deficiência.

Consideramos nesse trabalho, que a mediação da informação é uma ferramenta estratégica para a promoção desse direito. Escolhemos apontar como essa mediação pode ser fortalecida quando considerada as identidades das pessoas que frequentam a biblioteca pública e isso será feito no próximo item.

#### **4.4 Mediação inclusiva e acessível para garantir a aplicação dos conceitos de interseccionalidade entre raça e deficiência na programação de bibliotecas públicas**

A cada vez que revisitamos Ranganathan nos deparamos com diversas possibilidades para que as bibliotecas e outros serviços de informação sejam

inclusivos e acessíveis. Ter a oportunidade de adquirir e organizar um acervo de maneira que faça sentido para o público atendido, pois “Livros são para o uso”, nos remete a diálogos imagináveis. Considerar que “A cada leitor seu livro” e “A cada livro seu leitor”, pode criar oportunidades de nos relacionarmos com a diversidade de corpos dos leitores e dos escritores, para que cada um encontre a literatura que lhe represente a agrada. Provocar demais instâncias da Biblioteconomia e Ciência da Informação para a equipe “Economize o tempo do leitor”, pode fazer das reuniões de planejamento um espaço de trocas e aprendizados internos e externos, fortalecendo vínculos e aproximando a instituição de frequentadores e de profissionais que aumentam a qualidade dos serviços ofertados. Por fim, considerar que “Uma biblioteca é um organismo em crescimento” possibilita acessar o entorno da biblioteca pública de forma que os serviços ofertados sejam, (re)conectados às ações de forma a gerar ou ampliar o fortalecimento de redes de desenvolvimento local.

Para que esse circuito proposto perpassasse a biblioteca pública com qualidade e longo alcance, o conceito de Mediação da Informação é estratégico pois, conforme Almeida Júnior e Bortolin (2007, p.6):

Em pesquisa sobre esse termo, conceituamos preliminarmente a mediação da informação como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

O conceito de mediação acima apresentado nos possibilitou refletir: os profissionais da biblioteca pública conhecem e/ou reconhecem quais são as necessidades informacionais das pessoas negras com deficiência? Retomando a trajetória profissional exercida na Rede de Leitura Inclusiva, quando participei várias ações de mediação de informação ao longo de quase sete anos, não me recordo de um questionamento tão simples ter sido realizado durante o planejamento ou mesmo a execução de tais atividades.

Corroborando com Almeida Junior e Bortolin (2017), Cardoso (2015, p.18), ao ressaltar o compromisso da biblioteca pública com a mediação da informação, por meio do enfrentamento aos mecanismos que tornam invisíveis a presença de população negra em produção e acesso a esses espaços, explicita que:

Na atualidade, uma tarefa importante da biblioteca pública seria a de contribuir para superar tentativas de silenciamento imposto pelos que escrevem a história oficial, através da inclusão da memória/história dos diversos povos constitutivos do Brasil (uma vez que não existem cultura e memória únicas) e se ater para determinações de classe, etnia e gênero, quando da mediação da informação.

Dialogando com a valorização da memória e da história da população negra em bibliotecas públicas, fato importante para entender o conceito de mediação, continuamos com Cardoso (2015, p.74) que afirma:

A mediação da informação é também um elemento fundamental para o desenvolvimento da memória. Se as narrativas orais são constituídas de informações, isso nos dá abertura para pensarmos a questão do desenvolvimento de coleções com vista a apropriação da informação do conhecimento.

Ainda que o foco desta monografia não seja o desenvolvimento de coleções, a afirmação de Cardoso (2015) nos auxilia no entendimento de que a mediação da informação está estruturada em diferentes etapas do serviço de informação. A partir dessa reflexão, é possível vislumbrar o quanto o combate ao racismo é um elemento fundamental nas práticas cotidianas das bibliotecas públicas.

Os movimentos sociais e coletivos vinculados à literatura negra e periférica tem questionado o conhecimento de autores e autoras negras por parte dos leitores. Um dos movimentos de maior mobilização em mídias e redes sociais, o Coletivo Mulheres Negras na Biblio (MNB), que realiza ações em feiras literárias, seminários, saraus e outros espaços de diálogo sobre o acesso e direito ao livro e leitura já lançou esse questionamento em forma de campanha. Segundo Santos (2020, p.2):

Nascido em 2016, o MNB é fruto de um processo de inquietação de suas criadoras. Carine, estudante de letras e técnica em biblioteconomia, percebeu que em sua formação não havia tido contato com nenhuma autora negra. Questionou esta realidade em sua primeira graduação e, ainda mais, em seu segundo curso. Para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na ETEC-Parque da Juventude (SP), realizou, em conjunto com mais duas colegas, a pesquisa “A importância da inclusão de obras de autoras negras nas bibliotecas públicas municipais de São Paulo”. Ao investigar o porquê da ausência de livros de mulheres negras nas bibliotecas municipais, a resposta recorrente era “não temos por falta de demanda”. Foi assim que Carine percebeu a necessidade de levar as pessoas a procurarem essas obras e sinalizarem a vontade de ter acesso a elas.

O questionamento do MNB reforça que a mediação da informação sobre a bibliodiversidade na política de acervo é estratégica para combater a invisibilidade das autorias negras.

Pereira e Bortolin (2016, p.84) chamam a atenção para a mediação para as pessoas com deficiência:

Entendemos também que a ação de mediação está vinculada a maneira como o mediador utiliza ou desenvolve estratégias e habilidades específicas com os seus leitores alterando sua prática cotidiana. Assim, é por meio da mediação que o mediador pode despertar o interesse pela leitura, principalmente crianças surdas.

Despertar o interesse pela leitura em pessoas negras com deficiência, é enfrentar não apenas a falta de acesso, mas a dupla estigmatização (Melo, 2014) que afeta esse público. Assim, é importante também sobre se é uma questão de despertar o interesse ou se são as experiências do racismo e do capacitismo vivenciadas cotidianamente por esse público que inviabilizam sua presença em bibliotecas públicas.

Para exercitar a interseccionalidade, vamos somar ao questionamento do MNB a orientação de Pereira e Bortolin (2016, p.89), quando abordam a mediação de leitura para crianças surdas a partir do livro ilustrado:

Vale destacar que o livro de imagem não é apenas um aporte para crianças não letradas, na medida em que não possui palavras. Ao contrário, a leitura deste depende das experiências individuais, das indagações do leitor diante das imagens, e ainda pode vir a ser (devir) o início de outras leituras, de significação e ampliação da nossa consciência individual e coletiva, nossas relações pessoais e culturais.

Esse trecho traz mais um elemento para nossa reflexão: as experiências de vida impactam nas experiências leitoras e, quando se trata da inclusão das pessoas com deficiência em espaços de livro e leitura, essas experiências contam não somente com as vivências socioambientais, mas também com os desafios para a acessibilidade, que permitirá ou não ao leitor com deficiência experimentar a leitura conforme sua demanda. Um exemplo é a percepção de um profissional de biblioteca apresentada na pesquisa Cenários da Leitura Acessível, da Fundação Dorina Nowill para Cegos (2019, p. 26):

Como pessoa que trabalha em biblioteca e tem curso em braille, percebo que, normalmente quando a pessoa nasce com deficiência, assimila melhor o braille. Quem tem deficiência depois, opta mais pelo audiolivro. Para trabalhar com juventude, é mais fácil trabalhar com tecnologia. Mas o conteúdo está na nuvem e pode desaparecer.

Seguindo a reflexão orientada pela noção de interseccionalidade, como propomos nesse trabalho, se juntarmos as experiências do racismo e do capacitismo, as barreiras para que as pessoas negras com deficiência frequentem bibliotecas públicas espontaneamente e com equidade aumentam. Se aumentam as barreiras, é preciso investir em ferramentas de acessibilidade de maneira mais ampla, assim, trazer representatividade para ações de livro e leitura pode ser uma boa estratégia.

Durante as ações da Rede de Leitura Inclusiva, aconteceram alguns poucos diálogos sobre a ausência de pessoas negras com deficiência e, essas conversas, partiam, na maioria das vezes, de pessoas negras com deficiência, profissionais da



área da inclusão e da acessibilidade, que sabiam da importância dessa representatividade.

Quando resgatamos as Ranganathan, no primeiro parágrafo deste capítulo, fizemos um breve exercício de estratégias para facilitar a participação de pessoas com deficiência em bibliotecas públicas. Dialogar sobre mediação, foi outra maneira de fazer o mesmo exercício, considerando as especificidades de identidades e de vivências de pessoas negras com deficiência.

A partir desse diálogo, apontamos alguns caminhos para que a mediação da informação em bibliotecas públicas possa ser acessível, do ponto de vista das ferramentas da acessibilidade e, com isso, inclusiva, da perspectiva de trazer para as ações, um grupo que nem sempre está nesses espaços de maneira equitativa. A recomendações tem como referência 6 maneiras diferentes de pensar a acessibilidade, apresentado por Nascimento (2022, p.27), com base na Lei Brasileira de Inclusão:

1. Acessibilidade atitudinal: Parte da nossa vontade de querer acolher corpos com deficiência. A vontade de dialogar, compreender essa outra realidade e fazer o possível para se colocar como aliado. Atitudes capacitistas são o oposto desse tipo de acessibilidade. 2. Acessibilidade Arquitetônica: Está ligada à extinção de barreiras ambientais e físicas em espaços públicos e privados, dentro de residências, edificações, nos equipamentos urbanos e nos meios de transporte individual ou coletivo. 3. Acessibilidade Metodológica: Está relacionada à quebra de barreiras nas metodologias de ensino em ambiente escolar. Também deve estar presente no ambiente de trabalho, de ação comunitária e em ambiente familiar. 4. Acessibilidade Programática: está relacionada às leis, políticas públicas, decretos, portarias, regimentos, etc. não devendo existir barreiras invisíveis embutidas que limitem o acesso das pessoas com deficiência. 5. Acessibilidade Instrumental: Tem o intuito de superar barreiras em ferramentas, utensílios e instrumentos de estudo dentro das escolas e em atividades profissionais de lazer e recreação. 6. Acessibilidade Comunicacional: Trata-se do acesso sem barreiras à comunicação interpessoal. Uso de Língua de Sinais, comunicação escrita em revistas, jornais, livros, incluindo materiais em braille, uso de computador e acessibilidade digital.

A compreensão sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), por parte dos bibliotecários e suas equipes, para o atendimento inclusivo e acessível de pessoas negras e com deficiência, se mostra necessária para os mesmos em seus fazeres, já que a biblioteca pública pode impactar na demanda pela produção de acervo acessível, como preconiza o Artigo 68:

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formato acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (Brasil, 2016, p.33).

As propostas apresentadas abaixo visam instrumentalizar os bibliotecários e suas equipes para o atendimento inclusivo e acessível, com foco em pessoas negras com deficiência. E embora as propostas sejam apontadas a partir de cada tipo de acessibilidade, não se limitam a eles.

- **Acessibilidade Atitudinal:** essa é a acessibilidade que terá maior importância na inclusão de pessoas negras com deficiência pois, se as atitudes das equipes não estiverem preparadas e alinhadas para acolher as pessoas negras com o investimento nos demais tipos de acessibilidade podem não ser suficiente para ter esse público como frequentador. Para isso, é preciso reconhecer que o racismo atinge essas pessoas de maneira diferente de como atinge as pessoas não negras. As atitudes devem prezar pela valorização do conhecimento dessas pessoas e disponibilizar a biblioteca para um diálogo horizontal com foco no real levantamento de suas necessidades informacionais. As equipes podem incluir ainda a circulação pelo espaço, apresentação de atividades que contem com acessibilidade de outros tipos. A circulação pelo espaço é de suma importância pois o racismo e a discriminação racial via de regra consideram as pessoas negras como suspeitas (Cardoso; Pinto, 2018), o que deixa esse público desconfortável em espaços desconhecidos. Uma apresentação acolhedora, feita de maneira respeitosa e com os aparatos técnicos, sem subestimar a sua participação, é mais que recomendável.
- **Acessibilidade Arquitetônica:** a eliminação de barreiras físicas pode propiciar às pessoas negras com deficiência experiências com a biblioteca pública, que às vezes são espaços interditados, ora pela estrutura excludente da sociedade, ora pela falta de acessibilidade. O racismo, às vezes, impede a escuta atenta à demanda de pessoas negras com deficiência e, no caso das barreiras arquitetônicas, a escuta é aliada importante para garantir sua presença e permanência. Observar, planejar e intervir nas barreiras arquitetônicas da biblioteca pública e em seu entorno (ruas, calçadas) pode ser feito em parceria com as pessoas negra com deficiência, para que elas se apropriem do espaço e se sintam convidadas a frequentá-lo, principalmente levando em conta sua participação nas ações culturais e de lazer.
- **Acessibilidade Metodológica:** repensar os planejamentos, métodos e técnicas para a execução das ações na biblioteca pública, é uma das maneiras de garantir a presença das pessoas negras com deficiência. A representatividade é aliada nesse

processo, seja através da contratação de profissionais negros com e sem deficiência, seja a partir da apresentação de estudos e metodologias criadas por pessoas negras, ou mesmo por materiais que contenham a presença de pessoas negras com e sem deficiência. Se o planejamento for a exibição de conteúdo imagético como método de mediação da informação (vídeos, fotos, cards), contar com diversidade de corpos a ser exibida será um diferencial. Se o planejamento incluir narrativas como método de pesquisa ou de intervenção, os referenciais teóricos podem ser apresentados a partir de pesquisadores ou profissionais que sejam pessoas negras com deficiência ou especialistas na área.

- **Acessibilidade Programática:** a eliminação das barreiras programáticas em legislações, normas e tratados nacionais e internacionais é fundamental para a inclusão de pessoas negras com deficiência nas bibliotecas públicas pois, em alguns casos, tais normas escondem práticas discriminatórias que dificultam ou impedem que esse público acesse plenamente as ofertas (Sasaki, 2009). Normas, formulários, protocolos, políticas não devem ser utilizados como justificativas para o impedimento da bibliodiversidade e representatividade. Um exemplo é a legislação relacionada à aquisição de acervo que deve estipular um teto de gastos para a compra. Acessar materiais acessíveis que contenham pessoas negras com deficiência seja na narrativa ou na autoria, devem ser adquiridos e, em alguns casos, cabe negociação junto aos setores mediante a sinalização desse tipo de conteúdo no acervo, principalmente se for anexado aos documentos de compras um estudo de usuário ou uma pesquisa que explicita a demanda. Um segundo exemplo, é a inclusão de diálogos, palestras e reuniões sobre normas e instrumentos, nacionais e internacionais, com acessibilidade e/ou produzidos por coletivos, pesquisadores, especialistas e/ou movimentos de pessoas com deficiência. Nesse exemplo, a presença de profissionais juristas que sejam pessoas negras com deficiência dá um status amplamente acessível à atividade. Outro exemplo é a utilização de acervo acessível apenas para pessoas com deficiência. É possível que a biblioteca faça um encontro formativo ou uma ação de leitura com a presença da mesma obra em suporte com e sem acessibilidade e isso possibilita que pessoas sem deficiência tomem conhecimento desse recurso e sejam a ponte para a aproximação de pessoas sem deficiência. Se utilizarmos o acervo acessível que aborde a história e/ou narrativas de pessoas negras com ou sem deficiência, essa metodologia será mobilizadora.

- **Acessibilidade Instrumental:** nesse quesito, o papel da biblioteca pública pode somar a ações de outras instituições parceiras pois, nem sempre, terá como aporte ações de educação. A biblioteca pública pode propor como a superação de barreiras a utilização de sua tecnologia assistiva, pois nem todas as instituições possuem esse equipamento. Essa maneira de acessibilidade tem uma relação muito estreita com a 5<sup>o</sup> Lei de Ranganathan, pois permite atuação em rede, com possibilidades de oferta de uso dos equipamentos que, em muitos casos, não são utilizados por não contar com esse público em todo o funcionamento da instituição. Apresentar a tecnologia assistiva e de outros instrumentos que fazem parte da biblioteca pode ser uma porta de entrada para que pessoas negras com deficiência que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica e, portanto, nem sempre acessam instituições equipadas, possam se conectar ou outras esferas da sociedade, passando a frequentar espaços que antes temia não saber utilizar. Outra estratégia é que a biblioteca apresente tais instrumentos em utilização não em ações literárias combinadas em atividades de lazer pois, em alguns casos a acessibilidade programática é considerada importante para estudos e trabalhos apenas.
- **Acessibilidade Comunicacional:** comunicação interpessoal é o cerne das relações desenvolvidas nas bibliotecas públicas. A oferta e utilização do acervo e do espaço conta com as relações desenvolvidas entre o público atendido e as equipes que prestam atendimento. É a acessibilidade comunicacional que vai garantir que a pessoa negra com deficiência sintam-se convidada a permanecer e utilizar esse espaço. Contando com todo o aparato necessário para cada deficiência, seja de braile, Libras, linguagem, altura das placas, ou o uso de qualquer outra ferramenta que garanta a comunicação sem ruídos e com plenas condições de compreensão, com conforto na interlocução e troca de ideias, a equipe da biblioteca pública garantirá essa participação. Como estratégia específica, propomos a contratação de Interpretes de Libras e Audiodescritores negros e negras; utilização de ícones e imagens sinalizadoras com pessoas negras; representatividade de pessoas negras com deficiência em posição social de destaque e valor e utilização de material informacional oriundo de pesquisas, coletivos e/ou movimentos sociais de pessoas negras com deficiência.

Além dessas recomendações específicas para cada tipo de acessibilidade, recomendamos narrativas e autorias diversificados; contratação de professores,

oficineiros, palestrantes e outros profissionais que sejam pessoas negras com e sem deficiência para ações de visibilidade; inserção das experiências de pessoas negras com deficiência em atividades de cunho histórico ou social; ações coletivas de reconhecimento de profissionais e serviços de acessibilidade; mobilização territorial incluindo organizações dos movimentos de pessoas negras com deficiência.

No próximo capítulo apresentamos um modelo de formação que permitirá intervenções com uso das propostas apresentadas.

## **5 MODELO DE FORMAÇÃO: PROPOSTA DE OFICINA TEMÁTICA**

Apresentamos, neste capítulo, uma proposta de encontro formativo em formato de oficina, que possibilitará ao profissional bibliotecário e suas equipes o desenvolvimento de diálogos e de ações práticas acessíveis e inclusivas. A necessidade de formação continuada para profissionais bibliotecários é foco de diversos estudos, muitos deles pautados no desenvolvimento de novas tecnologias, já que “na era digital as tendências do mercado de trabalho exigem novas habilidades e competências para a geração de conteúdos, onde o bibliotecário poderá enfrentar esses novos desafios”. (Medeiros, 2006, p.111).

A escolha da Oficina como parte do método deu-se, parte pelas práticas profissionais da discente, desenvolvidas na Rede de Leitura Inclusiva que faz uso dessa ferramenta para alcançar pessoas com e sem deficiência e proporcionar a partilha de conhecimento técnico aliada à experimentação e convívio com pessoas com deficiência, ao menos, durante uma prática formativa. Nessa pesquisa, a metodologia de oficina é considerada valiosa pois consideramos que:

[...] os efeitos da oficina não se limitam ao registro de informações para pesquisa, uma vez que sensibilizam as pessoas para a temática trabalhada, possibilitando aos seus participantes a convivência com a multiplicidade (nem sempre harmônica) de versões e sentidos sobre o tema (Menegon; Medrado, 2014, p.33).

Para definir o significado de Oficina recorreremos à Menegon e Medrado (2014, p.34):

Na nossa perspectiva, as oficinas são práticas discursivas, ou seja, compreendem maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos a sua volta e se posicionam em relações sociais cotidianas (Spink & Medrado, 1999). Em outras palavras, são práticas sociais de caráter discursivo cuja produção remete à negociação retórica de versões apreendida a partir da dimensão performática do uso da linguagem, cujos efeitos são amplos e nem sempre associados a intenções originais.

A escolha da definição acima deu-se pela necessidade de que os profissionais bibliotecários e suas equipes que participarem da Oficina se disponibilizem a enfrentar e se despir de preconceitos históricos, e tecnicamente arraigados para que possam exercer seu papel social de mediadores da informação pautados na articulação e mobilização de direitos. Planejar e implementar ações para que pessoas negras com deficiência estejam nas bibliotecas públicas que esses profissionais atuam exige uma sensibilização, um desprendimento e um desejo de construir novas formas de atuação bibliotecárias, que sejam pautadas na inclusão, na acessibilidade, no antirracismo e no anticapacitismo.

A Oficina proposta terá duração de até 6 horas, pois vai se debruçar em uma temática às vezes desconhecida pelos profissionais. Sua aplicação pode ser feita em bibliotecas públicas, com os recursos disponíveis, mas, caso não tenha acessibilidade arquitetônica no local, os participantes podem vivenciá-la em uma instituição parceira que contenha tais recursos. O público participante recomendado é de até 25 pessoas, maiores de 18 anos. Esse quantitativo é para permitir uma interação mais apropriada, considerando a delicadeza de abordar a complexidade da discriminação e de exclusão.

Na proposta apresentada também serão abordadas estratégias pré e pós encontro, envolvendo desde a o planejamento e mobilização de rede de parceiros e a continuidade das parcerias, para que a temática faça parte do cotidiano da biblioteca. Esses encontros serão estratégicos pois, antes da oficina é necessário levantar as principais dúvidas ou temáticas mais importantes para os participantes da oficina, para que a abordagem utilizada possa ser replicada no cotidiano da equipe. Já o encontro pós oficina, que será agendado conforme a demanda do grupo, será importante para acompanhar o alinhamento entre dos diálogos e aprendizagens da oficina com a prática implementada, para monitoramento de resultados que foram alcançados e para apoiar nos planos futuros da instituição. O quadro 2 apresenta o modelo de Oficina de Leitura proposto. Nele, é possível observar ações, que vão desde o planejamento da oficina, até o seu monitoramento.

O modelo de oficina proposto é fruto das intervenções que a pesquisadora desenvolveu em suas práticas profissionais, de março de 2016 até novembro de 2022, durante o período que trabalhou na como Articuladora na Rede de Leitura Inclusiva, um projeto da Fundação Dorina Nowill para Cegos que tem o objetivo de promover e estimular ações que viabilizem o acesso à leitura com a presença de pessoas com

deficiência (Silva; Assunção; Garcia e Braga, 2016). Foram seis anos à frente da mobilização, articulação e trocas de ferramentas que possibilitassem que pessoas com deficiência utilizassem bibliotecas e outros serviços de informações nas mesmas condições que pessoas sem deficiência. Dentre suas atribuições estavam o mapeamento e a mobilização de pessoas físicas e jurídicas que atuassem nas áreas do livro, leitura, literatura e bibliotecas, para que, em consonância com suas equipes e público frequentador, fossem desenvolvidas atividades lúdicas, formativas, artísticas, literárias e culturais com acessibilidade.

Somando a trajetória profissional da pesquisadora que já atuava na área de combate ao racismo, com as ações desenvolvidas na Fundação Dorina, foi possível observar que nem sempre havia participação de pessoas negras com deficiência nas atividades. Em alguns momentos, ao perceber essa ausência e tentar um diálogo, as respostas recebidas argumentavam que o foco era a falta de acesso à direitos à pessoa com deficiência como um todo, sendo essa uma pauta suficientemente trabalhosa. Apesar dessa resposta, com o passar dos anos e a aproximação com diversas pessoas negras com deficiência, a pesquisadora foi ampliando a reflexão e o diálogo sobre essa questão, o que possibilitou compreender que a identidade étnico-racial não era prioridade nas discussões acerca da acessibilidade.

A aproximação com demais bibliotecários negras e antirracistas possibilitou exercer a acessibilidade na área e despertou ainda mais o interesse em pesquisar a conexão entre racismo e capacitismo no acesso à informação e ao conhecimento. Acompanhando nas redes sociais o aumento das discussões provocadas por pessoas negras com deficiência, conheceu um dos movimentos de referência para essa pesquisa: o Movimento Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI). Composto por pessoas com e sem deficiência residentes em vários estados do Brasil, esse coletivo têm se destacado por levar a pauta para diferentes espaços de diálogo, inclusive internacionais. Através de uma parceria com Minority Rights Group International e Universidade de York, apresentou relatório “A Situação das Pessoas Negras com Deficiência no Brasil” na reunião do Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD), em novembro de 2022, que também aponta a interseccionalidade como ferramenta para a promoção de direitos:

As pessoas negras com deficiência são particularmente vulneráveis à violência por causa de suas identidades interseccionais. As mulheres negras com deficiência, por exemplo, são o grupo mais propenso a sofrer violência. Embora não existam dados oficiais cruzados, é possível extrair insights do Mapa da Violência, que se baseia no Sistema de Informações sobre

Mortalidade (SIM) e no Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, o qual indica que tanto a população negra quanto a população com deficiência correm maior risco de sofrer violência (MRG; VDNI; UY, 2022, p.7).

Ao nos depararmos com dados apresentados no relatório supra mencionado e somarmos a esses dados a interseccionalidade apontada por Silva como ferramenta estratégica de análise para o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, ficou nítido a potência da contribuição da área para a inclusão de pessoas negras com deficiência nas ações de livro e leitura. Essa reflexão tem relação direta com a responsabilidade social do profissional bibliotecário pois:

O papel das instituições e profissionais, incluindo bibliotecas e bibliotecários, na sociedade moderna, é apoiar e aperfeiçoar o registro e a representação da informação e fornecer o acesso. Os serviços de informação de interesse social, cultural e de bem-estar econômico estão no coração da Biblioteconomia e, conseqüentemente, os bibliotecários têm responsabilidade social (IFLA. 2010, p.1).

O compromisso de promover o acesso pleno, democrático e respeitoso à informação e ao conhecimento fará com que que pessoas negras com deficiência vivenciem, com propriedade, o que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. (Souza, 2002, p.103)

Apresentamos, a seguir, um quadro com a estrutura da oficina, considerando as etapas e a metodologia empregada em cada uma dessas etapas.

Quadro 2 – Proposta de Oficina de Leitura do planejamento ao monitoramento

<b>PRÉ OFICINA</b>	<p style="text-align: center;"><b>Levantamento de demanda</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reuniões internas com a equipe da biblioteca.</li> <li>- Estudo de usuário</li> <li>- Consulta a SAC e avaliações</li> </ul>
<b>Etapa I - mobilização interna</b>	<p style="text-align: center;"><b>Temas para pesquisa teórica e/ou documental em fontes de informações especializadas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Biodiversidade</li> <li>- Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência</li> <li>- Ferramentas par a promoção de leitura inclusiva e acessível</li> <li>- Racismo e capacitismo em Biblioteconomia e Ciência da Informação</li> </ul>



	<p style="text-align: center;"><b>Mapeamento para articulação temática composição de público</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bibliotecas de instituições de atendimento às pessoas com deficiência</li> <li>- Universidades e bibliotecas universitárias</li> <li>- Escolas e bibliotecas escolares</li> <li>- Institutos de pesquisa</li> <li>- ONGs</li> <li>- Coletivos</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Etapa II - mobilização externa</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Mobilização para participação do público</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação para local acessível</li> <li>- Construção colaborativa do programa com metodologia acessível</li> <li>- Mapeamento de potenciais participantes dentro e fora do público da BP</li> <li>- Construção e distribuição de convite em formato acessível com levantamento de demandas</li> <li>- Articulação presencial e virtual para conhecer e convidar diversos participantes</li> <li>- Acessibilidade atitudinal: disponibilidade para o diálogo e para sanar dúvidas</li> <li>- Gerar <i>mailing</i> ou listas de contato para o portfólio da BP</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Etapa III - preparo do espaço</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Infraestrutura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipe composta, pelos menos, por duas pessoas para mediação e relatoria</li> <li>- Pessoas com deficiência na equipe, como mediador, palestrante ou referencial teórico e metodológico</li> <li>- Acessibilidade atitudinal: pessoas disponíveis para dar informações e/ou de maneira compreensível para os interlocutores; pessoas disponíveis acompanhar pessoas com deficiência que tenham demandas específicas</li> <li>- Acessibilidade arquitetônica na instituição: espaço com rampas, elevadores, piso tátil, banheiros acessíveis, espaço de circulação corrimão e sem obstáculos (colunas, móveis, objetos)</li> <li>- Acessibilidade comunicacional: uso de Linguagem Simples; sinalização espacial em formato acessível; utilização de mensagens de texto e áudio, de acordo com a demanda dos parceiros; utilização de plataformas acessíveis para e-mail, conversas e inscrições</li> <li>- Acessibilidade metodológica: apresentações e textos disponíveis com acessibilidade; Intérpretes de Libras para diálogos com pessoas Surdas ou Ensurdcidas; Audiodescritores para quaisquer situações imagéticas; disponibilização de materiais teóricos em formato acessível</li> <li>- Equipamento audiovisual</li> <li>- Providências relacionadas à alimentação</li> <li>- Disponibilizar espaços para avaliação que podem ser virtuais (e-mail e/ou whatsapp) ou físicos (caixa para inserir card que pode receber as anotações em tinta e/ou em braille e, portanto, deve ser providenciado reglete e punção)</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Preparo do ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Local com acessibilidade arquitetônica e comunicacional</li> <li>- Boas-vindas: apresentação do espaço a todas as pessoas (pode ser um passeio com descrição do ambiente)</li> <li>- Distribuição dos participantes em círculo</li> <li>- Disponibilização de materiais acessíveis: livros em braille, fonte ampliada, Libras; recursos pedagógicos como jogos e brinquedos; materiais artísticos com texturas e que emitam som. Os materiais devem conter acessibilidade no suporte, nas narrativas e/ou nas autorias.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>REALIZAÇÃO DA OFICINA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Etapa I - acolhida</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Abertura</b></p> <p style="text-align: center;"><i>Duração prevista: 30 minutos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos palestrantes (nome e, quando houver, Sinal)</li> <li>- Apresentação do público (nome e, quando houver, Sinal)</li> <li>- Apresentação do roteiro, incluindo horários para pausas</li> <li>- Espaço para dúvidas e combinados</li> </ul>

<p><b>Etapa II - sensibilização e instrumentalização temática</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Apresentação temática e diálogos iniciais</b> <i>Duração prevista: 2 horas</i></p> <p>- Sensibilização inicial: apresentação do vídeo “O perigo de uma história única”, de Chimamanda Adichie, dublado em português e com janela de libras. A mediadora faz a descrição da imagem do vídeo. A escolha do vídeo relaciona a temática da literatura com a construção e reprodução de estereótipos e preconceitos. O vídeo está disponível em <a href="https://youtu.be/0oBTmzjnWVo">https://youtu.be/0oBTmzjnWVo</a>.</p> <p>- Diálogo contextualizando a participação de pessoas negras com deficiência na sociedade, com apresentação de referenciais teóricos</p> <p>- Pausa para coletar a impressão do público, através do convite a colaborar com seus próprios saberes ou vivência sobre o tema</p> <p><i>Pausa para café</i></p> <p>- Apresentação do vídeo “Anticapacitismo negro e a luta negra PcD”, disponibilizado pelo criador de conteúdo Canal Preto e realizado por coletivo de pessoas negras com deficiência. O vídeo está disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=akUUVCLmLoQ">https://www.youtube.com/watch?v=akUUVCLmLoQ</a></p> <p>- Pausa para coletar a impressão do público, através do convite a colaborar com seus próprios saberes ou vivência sobre o tema</p> <p>- Avaliação da primeira etapa</p> <p><i>Pausa para almoço</i></p>
<p><b>Etapa III - partilha de saberes e ações práticas</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Impressões e mão na massa</b> <i>Duração prevista: 2 horas</i></p> <p>- Retomada dos diálogos do período inicial</p> <p>- Apresentação e disponibilização dos materiais em formato acessível, com descrição de capas e de conteúdos</p> <p>- Convite à prática da acessibilidade na BCI: distribuição dos participantes em 5 grupos mistos. Para cada grupo será entregue dois envelopes, contendo folhas com texto, sendo que um contém uma das 5 Leis da Biblioteconomia e o outro, 5 áreas de atuação da biblioteca pública, que são (1) Gestão, (2) Acervo, (3) Comunidade, (4) Programação e (5) Parcerias. Os participantes vão dialogar sobre. Para garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência visual, os textos estão impressos em tinta e braille e, os envelopes, diferenciados por texturas. Visando a participação de pessoas Surdas ou ensurdecidas, haverá intérpretes de Libras. A metodologia do diálogo é que cada grupo deve planejar uma atividade prática para concretizar uma das Leis que está no envelope 1, com foco na área que está no envelope 2. O grupo deve escolher um representante que vai apresentar a discussão para a coletividade.</p> <p><i>Pausa para o café</i></p> <p>- Convite aos representantes dos grupos a apresentarem os resultados dos diálogos.</p> <p>- Diálogo geral contendo as impressões do processo nos grupos</p>
<p><b>Etapa IV - coleta da avaliação</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Avaliação e encerramento</b> <i>Duração prevista: 1 hora</i></p> <p>- Convidar os participantes que se sentirem à vontade para apresentar suas impressões do processo e como pode utilizar a experiência em seu cotidiano na BP</p> <p>- Encerramento com os agradecimentos da equipe mediadora</p>

<b>PÓS OFICINA</b>	<p><b>Manutenção da articulação</b>  <i>Frequência: comunicações quinzenais ou mensais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contato virtual com os participantes, enviando um formulário acessível para avaliação</li> <li>- Devolução, em formato acessível, da avaliação</li> <li>- Manutenção do diálogo com os participantes através dos canais de transmissão resultantes do encontro.</li> <li>- Criação de agenda de atividades acessíveis e inclusivas com a presença de pessoas negras com deficiência na unidade.</li> <li>- Se possível, estabelecer uma periodicidade para novos encontros com o foco nos participantes da oficina.</li> <li>- Todas as comunicações devem conter acessibilidade</li> </ul>
--------------------	---

Fonte: autores

A proposta de realização de uma oficina é algo demandado por profissionais bibliotecários em diversas áreas de atuação, como nos mostra a análise das entrevistas realizadas por Oliveira (2018, p.78), junto a bibliotecários escolares, que levantou a demanda por “maior conhecimento a respeito das deficiências para saber lidar com a necessidade e particularidade de cada aluno, conhecimento esse que pode ser adquirido em cursos e capacitações”.

Com esse quadro visamos apresentar uma proposta de formação continuada que tanto pode ser ofertada a bibliotecários de bibliotecas públicas como de outras áreas. Com base na metodologia proposta, em que cada uma das etapas do encontro, que são ligadas entre si, embora tenham objetivos e metodologias particulares e pré definidos, é possível apresentar espaços de mobilização e atuação diversos. O modelo também propõe o monitoramento das impressões, o aproveitamento da articulação que possibilitou a realização da oficina e tem como estratégia a continuidade da mobilização. Embora a proposta seja de apenas um encontro que pode ser realizada em único dia, o modelo proposto também pode ser executado em mais de um encontro, dividindo a programação para os períodos em que os participantes tenham disponibilidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epígrafe deste trabalho abordou a importância da confluência de saberes, da aproximação e da conexão entre os diferentes sujeitos, para que o mundo seja melhor para todos nós. Para que essa confluência proposta pelo quilombola Nego Bispo chegue a todas as pessoas é necessário que nos inspiramos na bibliotecária estadunidense Audre Lorde que apresenta em “Não existe hierarquia de opressão”,

oportunidades para revermos posturas que sedimentam conhecimento e limitam a possibilidade de mudança da sociedade.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação é a área do conhecimento que possibilita que os sujeitos acessem as diversas estratégias de opressão conforme sua condição social, econômica, política e cultural e, para isso, as bibliotecas públicas são espaços fundamentais. Debruçar sobre a potência das bibliotecas públicas para o atendimento digno e equânime para pessoas negras com deficiência possibilita, além da democratização do acesso à informação, a disseminação do conhecimento, descortina uma história de exclusão literária.

Para a construção dessa monografia, nos debruçamos sobre produções científicas que abordam o papel da biblioteca pública, e nos propusemos a um diálogo com a história da exclusão, que perpassa por várias camadas das identidades que formam os sujeitos. Nesse exercício, que teve como base atividades práticas da vida profissional da pesquisadora, nos deparamos com conceitos que estão no cerne de atuação da biblioteca pública, já que seu papel é ser mediadora de informações e conhecimento (IFLA, 1994) e, em alguns territórios, são os únicos lugares que contem acessibilidade arquitetônica, fator essencial para que pessoas com deficiência possam usufruir desse espaço em condições de igualdade.

Para pessoas negras com deficiência, público específico deste estudo, a biblioteca pública pode representar não apenas o acesso à literatura, mas a oportunidade de se reconhecer como detentoras de saberes, principalmente quando as pessoas bibliotecárias e suas equipes se disponibilizam a (re)conhecer ferramentas de acessibilidade, estratégias de combate ao racismo e a diversidade de narrativas e de autorias que podem compor seu acervo. Esse reconhecimento perpassa a necessidade de participação em formação continuada do profissional (Valério, Silva, 2018) e também pelo aceite da diversidade de corpos e suas múltiplas possibilidades de saberes (Mello, 2016).

A diversidade de estratégias para que a biblioteca seja acessível a todas as pessoas, já estava no escopo fundador proposto pelas 5 Leis de Ranganathan. Nessa pesquisa procuramos entender o lugar da diversidade de corpos e infinidade de instrumentos e ferramentas que podem ser desenvolvidos na articulação com o público e com o território onde a biblioteca pública está sediada.

Ao propormos, nesse estudo, um modelo de formação através de Oficina, explicitamos o desejo de dialogar não apenas com a pessoa bibliotecária, mas com

toda a equipe da biblioteca pública. Em um encontro formativo nesses moldes, em que há potencial crítico de produção coletiva de sentidos, é possível para os profissionais da biblioteca pública não apenas se instrumentalizar, mas também se aproximar, dialogar, partilhar ferramentas de leitura e informação com públicos que nem sempre são parte do seu grupo de usuários. E essa partilha pode ter continuidade, segundo a proposta apresentada.

Esse estudo, ao pautar a interseccionalidade como lupa para entender as condições específicas de pessoas com múltiplos atravessamentos em sua identidade, não teve como foco delimitar ou, parafraseando Audre Lorde, hierarquizar os sofrimentos mas, acima de tudo, mostrar que quando nossos olhares estão mais atentos às diversas realidades vivenciadas pelos frequentadores da biblioteca pública, é possível inovar em ações, ferramentas, recursos e garantir o acesso de todas as pessoas ao conhecimento e informação.

Um caminho possível para o futuro a ser trilhado é investigar diretamente junto às pessoas negras com deficiência qual sua percepção e uso das bibliotecas públicas, para complementarmos a reflexão sobre tais ausências.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; PERUCCHI, Valmira; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Ciência-ação em ciência da informação: um método qualitativo em análise. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/134507> Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA, Philippe Oliveira de; ARAÚJO, Luana Adriano. DisCrit: os limites da interseccionalidade para pensar sobre a pessoa negra com deficiência. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 612-641, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6861>. Acesso em: 1 out. 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.  
ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro**: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20236>. Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/290480465.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

AQUINO, Mirian Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-36, ago./dez. 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/23224/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BARRADAS, Jaqueline Santos; FREIRE, Stefanie Cavalcante; PRUDENCIO, Dayanne da Silva; SANTOS, Ana Isabel de Sousa. Oficina de biblio: licenciatura em biblioteconomia em ação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 13, p. 424-436, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2746> . Acesso em: 10 out. 2023.

BARRETO, Aldo Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, out/dez. 1994. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/a-questao-da-informac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 2 jun. 2023.

BARROSO, Danielle; GOMES, Elisângela; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Epistemologias negras**: relações raciais na Biblioteconomia. Florianópolis: Selo Nyota, 2019. 312p.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Dificuldades de um Brasil quase-leitor. **Espaço Aberto**, [São Paulo], ed. 168, fev. 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/espacoaberto/?materia=dificuldades-de-um-brasil-quase-leitor>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BOOTH, Wayne; COLOMB, Gregory; WILLIAMS, Joseph. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Famílias**. v. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015. 114p.

CARDOSO, Francilene; PINTO, Michelle Silva. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos. S (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018, p. 39-88.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em 2 jun.2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em 2 jun. 2019.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2021. 216 p.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2019.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Ed. rev. e atual. pela Equipe da Biblioteca e Coordenações de Curso. São Paulo: FESPSP, 2022.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Pesquisa Cenário da leitura acessível**. São Paulo: FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2019. Disponível em: [https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa\\_Cenarios-da-Leitura-Acessivel.pdf](https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa_Cenarios-da-Leitura-Acessivel.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Relatório Anual 2020**. São Paulo: FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2021. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/relatorio/relatorio-anual-2020-versao-completa/>. Acesso em: 3 jun. 2023

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas SA, 2008.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: 2016. Disponível em: [https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. Lisboa: IFLA, 2013. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1055/2/ifla-publication-series-147-pt.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

LEMONGE, Clélia. **Agenda 2030 da ONU e as bibliotecas**. São Paulo, 27 out. 2020. Monitoria Científica FaBCI-FESPSP. Disponível em: <https://monitoriafabci.blogspot.com/2020/10/agenda-2030-da-onu-e-as-bibliotecas.html>. Acesso em: 2 jun. 2023

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 235-236.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-249.



MAIS DIFERENÇAS. **Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador**. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: [https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual\\_orientador.pdf](https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf). Acesso em: 2 jun. 2023.

MEDEIROS, Rildecil. Educação continuada como parte da formação do profissional bibliotecário: uma ação estruturante. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5057>. Acesso em: 15 out. 2023.

MELO, Carlos Vinicius Gomes. **Estratégias de enfrentamento de pessoas negras e com deficiência frente ao duplo estigma**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: [https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/carlos\\_vinicius\\_gomes\\_melo.pdf](https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/carlos_vinicius_gomes_melo.pdf). Acesso em: 8 nov. 2023.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182556>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3265-3276, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL; VIDAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA IMPORTAM; UNIVERSITY OF YORK. **Situação das pessoas negras com deficiência no Brasil**. Genebra: Comissão para Eliminação da Discriminação Racial, 2022. Disponível em: <https://vidasnegrascomdeficiencia.org/relatorio>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 13, p. 1669–1683, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/846>. Acesso em: 1 out. 2023.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Mediadores de Leitura na Família, na Escola, na Biblioteca, na Biodiversidade. In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil (org). **Mediadores de leitura na biodiversidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 41-63.

NASCIMENTO, Isadora. Diversidade na perspectiva dos estudos sobre a deficiência. **Futuristas**, [s.l.], n.1, p.25-27, [31 ago. 2022]. Disponível em: <https://favela.org.br/download/revista-futuristas-1a-edicao/>. Acesso em: 10 out. 2023.

NEUHOLD, Fernanda Gomes. **A mediação da informação étnico-racial nas redes sociais**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/00000f/00000f5e.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

NIEDERAUER, Rodolfo Cescon; MAGGI, Alice. Os desafios do algoritmo da plataforma para o trabalho do influenciador digital conhecido como youtuber. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p. 820-836, out./dez. 2022. DOI: 10.29397/reciis.v16i4.3379. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3379>. Acesso em: 15 out. 2023.

OLIVEIRA, Raquel da Silva. **O bibliotecário escolar e a Deficiência Intelectual: desafios e possibilidades de melhoria no atendimento aos alunos com Deficiência Intelectual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2019.

PASSOS, Ingrid. **Infoeducação como prática colaborativa no processo de empoderamento da mulher negra**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000009/0000093b.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

REINHOLZ, Fabiana. **'Biblioteca somente com livro na estante não se basta mais', acredita Ana Maria de Souza**. Porto Alegre, 29 jul. 2023. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/07/29/biblioteca-somente-com-livro-na-estante-nao-se-basta-mais-acredita-ana-maria-de-souza>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ROCHA FILHO, Pedro Jorge Neponuceno, MACHADO, Thamyle Vieira. **Desafio Braille: do toque ao som**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário 7 de Setembro, Fortaleza, 2017.

SANTOS, Angelita Garcia dos. **A trajetória das políticas públicas de raça na Prefeitura Municipal de Santo André/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia e Política) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, Angelita Garcia dos. **A abordagem das relações étnico-raciais na formação de professores de Geografia do IFSP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Profissional de Jovens e Adultos na modalidade EJA-PROEJA) – Instituto Federal de Ciências e Tecnologia de São Paulo, São Paulo, 2016.

SACRAMENTO, José Ednilson Almeida do. **Pauta eficiente**: como abordar deficiência na imprensa. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo do. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, Laura. **“Mulheres Negras na Biblioteca” para ver o que nunca foi invisível**. [Piauí], 13 nov. 2020. Ocorre Diário. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/mulheres-negras-na-biblioteca-para-ver-o-que-nunca-foi-invisivel/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, mar./abr. 2009. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319) Acesso em: 10 out. 2021

SILVA, Ana Paula; ASSUNÇÃO, Perla; GARCIA, Angelita; BRAGA, Rita. **A Rede Nacional de Leitura Inclusiva**: construção, atores e caminhos. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2016.

SILVA, Andreia Sousa da. Discussões preliminares sobre interseccionalidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma análise relacional a partir de uma ótica decolonial. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação. 4. ed. Florianópolis: Selo Nyota, 2021. p. 205-226.

SILVA, Arlete Ferreira da. **Bibliotecas inclusivas**: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual? São Paulo: ABECIN, 2020. 185 p.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Guia de orientação para a pesquisa científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. [Porto Alegre]: UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibfbc/wp-content/uploads/2022/05/Guia-de-orientacao-para-a-Pesquisa-Cientifica-em-Biblioteconomia-e-Ciencia-da-Informacao-3.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Com a Palavra, as/os Professoras/es: a Formação da/o Docente em Biblioteconomia para a inclusão das temáticas africana e afro-brasileira na prática docente. *In*: Barroso, Danielle; Gomes, Elisângela; Valério, Erinaldo Dias; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; Lima, Graziela dos Santos (org.). **Epistemologias negras**: relações raciais na Biblioteconomia. Florianópolis: Selo Nyota, 2019. p. 139-174.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018. 498p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia**: texto para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: UFSC, 2002. 165 p.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Maria Feitosa da. Informar para a igualdade racial: participação cidadã na produção, acesso e uso da informação étnico-racial. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: ACB, 2018. p. 179-196.

ZAGO, Eliza Maria; MUNIZ, Hilda Lopes; WANZELER, Leandro Alves. A mulher negra, pobre e surda: lutas e conquistas. *In*: Anais do Encontro Nacional do GT-Gênero/ANPUH, 2014, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: UFES, 2014.

Disponível em:

[https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/leandro\\_a\\_wanzeler\\_0.pdf](https://legpv.ufes.br/sites/legpv.ufes.br/files/field/anexo/leandro_a_wanzeler_0.pdf)

Acesso em: 2 jun. 2023.